

RESENHA

DUARTE, A.; LOPREATO, C. e MAGALHÃES, M.B. (orgs.). 2004.
A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 351 p.

Natália Salgado Bueno¹

nataliasbueno@gmail.com

O livro organizado por André Duarte, Christina Lopreato e Marion Brepohl de Magalhães faz parte de uma literatura que intensamente vem sendo produzida sobre o pensamento de Hannah Arendt. Desde 2000², vários livros, no Brasil e no exterior, foram lançados sobre essa autora que se configura como uma das mais polêmicas no século XX. Dos livros recentes ainda não traduzidos, os mais célebres são os de Seyla Benhabib (2003) e a compilação da Cambridge Companion (2000) organizada por Dana R. Villa. Vale ainda lembrar que vários artigos e trocas de correspondência da própria Hannah Arendt permanecem inéditos em português, sendo que uma importante reunião de artigos foi recentemente publicada sob o nome *Responsabilidade e julgamento* (2004).

A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt (2004) é fruto de um colóquio internacional ocorrido em 2002 na Universidade Federal do Paraná, tendo contribuições de estudiosos de variadas disciplinas, como filosofia, história, ciência política, sociologia e direito. Ainda que a multiplicidade de visões e avaliações sobre a obra arendtiana leve, invariavelmente, a distanciamentos e contradições, há um substrato a todos os artigos, que pode ser explicitado nas palavras da própria Arendt:

As perguntas específicas devem receber respostas específicas; e se a série de crises que temos vivido desde o início do século pode nos ensinar alguma coisa é, penso, o simples fato de que não há padrões gerais a determinar infalivelmente nossos julgamentos, nem regras gerais a que subordinar os casos específicos com algum grau de certeza. (Arendt, 2004, p. 7).

As crises e perguntas específicas que animam *A banalização da violência* são anunciadas pelos seus organizadores nas primeiras páginas do livro, que é dividido em seis eixos temáticos, sendo cada um composto de três a quatro artigos. Além da violência, tema central da coletânea, o terror, o poder, a decadência do Estado de bem-estar social, a perda do sentido da política, o fundamentalismo político, a tensão entre resistência e ética e a esfera do político, a liberdade e a modernidade são as questões mais salientes das reflexões reunidas nos eixos propostos.

No primeiro eixo temático, “Política, sentimentos públicos e violência”, a discussão gira em torno da presença e da entrada de paixões e necessidade na esfera política. André Duarte chama a atenção para a ascensão do *animal laborans* como principal protagonista da política contemporânea. Junto com a proeminência do *animal laborans* no cenário político, Duarte argumenta que

¹ Estudante de graduação em Ciências Sociais/UFMG, Bolsista PET.

² S. Benhabib, *The reluctant modernism of Hannah Arendt* (2003); Dana Villa, *The Cambridge Companion to Hannah Arendt* (2000); H. Derks e S. Aschheim, *Hannah Arendt in Jerusalem* (2001); M. Gordon, *Hannah Arendt and Education* (2001); J. Steinberg, *Hannah Arendt on the Holocaust* (2000); J. Willians e A. Lang, *Hannah Arendt and International Relations* (2005); M. Osiel, *Mass Atrocity, Ordinary Evil, and Hannah Arendt* (2001); M. Abreu, *Hannah Arendt e os limites do novo* (2004); D. Watson, *Hannah Arendt* (2001); J. Kristeva, *Hannah Arendt – o gênio feminino* (2002); F. Ortega, *Para uma política da amizade – Arendt, Derrida, Foucault* (2000); F. Xarão, *Política e Liberdade em Hannah Arendt* (2000); N. Bignotto e E. Moraes, *Hannah Arendt: Diálogos, reflexões, memórias* (2001); A. Duarte, *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt* (2000); A. Duarte e A. Correia, *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política* (2002).

a biopolítica é a principal experiência da política contemporânea. Essa experiência torna a violência “dado comum subjacente às principais manifestações políticas contemporâneas” (Duarte *et al.*, 2004, p. 41). Pierre Ansart e Marion Brepohl de Magalhães têm como preocupação a entrada dos sentimentos na esfera política, mais especificamente o ódio e a compaixão. Para os dois autores, ainda que muitas vezes os sentimentos sejam ultrapassados pelo movimento político (como o ódio no caso totalitário), esses sentimentos têm origem na *mob*, os excluídos, que, sem sentir que têm direito a ter direitos, sem lugar no mundo comum (*worldlessness*), são facilmente atraídos por sentimentos que os levam a entrar no sistema político pela margem, como o ódio e a compaixão.

O julgamento de Eichmann e o debate decorrente deste sobre cortes internacionais, crimes contra a humanidade e, principalmente, o colapso do juízo político são as questões mais salientes da segunda parte, intitulada “Crime, terror e direito”. Helenice Rodrigues da Silva e Adriano Correia apresentam leituras não só acuradas do pensamento de Arendt, mas também trazem avanços na discussão dos problemas apontados por Arendt, especialmente em relação ao Direito e aos desafios a ele colocados pela ascensão do nazismo. Ao trazerem ainda timidamente a discussão do juízo, eles antecipam o terceiro eixo do livro, “Entre(cruzando) o pensar e o agir”.

Os quatro artigos que compõem este momento da coletânea se diferenciam enquanto conjunto do resto do livro por discutirem a obra de Arendt pelo debate com outros autores, como Weil e Heidegger, e por centrarem-se no juízo como categoria inovadora e importante nos exercícios de pensamento político, como um conceito de conexão entre a ética e a política, entre o pensar e o agir. Este eixo, de discussão mais analítica e exegética do pensamento arendtiano, traz artigos maduros e de intérpretes já consolidados de Arendt, ainda que não sigam o caminho feito por Hannah Arendt de atingir a teoria pelo espanto (*thaumázzein*) e pela trama do acontecimento.

Os quarto e quinto eixos, denominados respectivamente “Revolução, liberdade e libertação” e “Ética e resistência”, podem ser comentados simultaneamente na medida em que seus artigos apresentam vários pontos de aproximação, e é nesses dois eixos que encontramos as reflexões que buscam mais claramente o “exercício do pensamento político”, ou seja, nos quais a experiência é a trilha para a reelaboração teórica e a redescoberta de fios de tradição.

Elizabeth Cancelli, Izabel Andrade Marson e Marco Napolitano jogam novas luzes sobre interpretações de momentos da história do continente americano e do Brasil a partir do pensamento arendtiano. Napolitano busca compreender a produção musical nacional durante os “anos de chumbo” como um espaço público de resistência, Marson indica a importância de Arendt para a compreensão dos movimentos e conflitos na formação do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX, e Cancelli discute a relação entre utopia e política e apre-

senta, para além da interpretação de Arendt, mas a partir dela, a decadência da república americana e as dificuldades de fundação de repúblicas na América do Sul. O ponto comum implícito a todos reside na memória e na construção desta. Os três autores, e mais claramente Napolitano, estão buscando a redescoberta de “fios da tradição”, ou ainda, categorias que iluminem as margens da história e dos livros de história.

O último eixo temático, “Isolamento, indiferença e indistinção”, estabelece intenso diálogo com a Escola de Frankfurt. Desde uma relação frutífera com Benjamin e descompassos com Adorno e Horkheimer, as reflexões contidas nesse eixo expressam várias tensões da interlocução entre esses pensadores alemães. Claudine Haroche, por exemplo, faz uma interpretação ousada de Arendt à luz da discussão sobre personalidade não-totalitária, aproximando essa autora de Adorno. Ítalo Arnaldo Tronca, por outro lado, retoma a questão da memória e da ficção, frisando as confluências entre H. Arendt e W. Benjamin. Marco Casanova e Edgar de Decca, através de escrita livre e ensaística, fazem a interlocução com a escola de Frankfurt e com H. Arendt através de temas relevantes comuns (impessoalidade, modernidade, ética e individualismo), ambos buscando respostas autônomas e originais.

Após esse breve, desigual e necessariamente injusto relato do livro, vale ressaltar que não se objetiva aqui resumir-lo (o que seria impossível em se tratando de uma coletânea de 24 artigos). O livro, entretanto, como um todo, pode ser tido como uma boa e criativa contribuição nos estudos sobre Hannah Arendt e as variadas ramificações de suas reflexões.

Dos artigos que buscam o “exercício do pensamento político”, falar da política a partir de dentro e com categorias originárias da experiência, o convite ao *selbstdenken*, pode-se afirmar que H. Arendt se apresenta como uma referência importante para se pensar a democracia como um sistema que está além da organização institucional e representativa. Sua proposta desconcertante de ver o político, ao mesmo tempo em que limita e impede certos tipos de análises, fomenta aspectos sufocados pela filosofia política, que se encontram à margem, como os sentimentos, os excluídos, a resistência e a preocupação com a ética. Ainda nos artigos que visam discutir o pensamento arendtiano por uma ótica mais analítica, muitos trazem novas perspectivas sobre suas obras no que se refere a esclarecimentos conceituais e suas controvérsias.

É necessário apontar que os artigos e as reflexões que eles trazem não são homogêneos em conteúdo, tampouco em sua perspicácia e rigor. Algumas tentativas, ao pretender a difícil tarefa do pensar sobre a “experiência”, o vivido, perdem-se em análises pouco acuradas, que, comparadas, por exemplo, com as breves, mas afiadas palavras de Celso Lafer, no posfácio, trazem pouco avanço no legado arendtiano.

O livro tem, todavia, outro mérito. Lafer argumenta que Arendt pode ser encarada como um clássico se tomarmos os três critérios de Bobbio (2000), a saber: o de um intérprete crucial e

imprescindível do seu tempo, constantemente relido, que é reinterpretado, tornando-se assim sempre atual, e que elaborou conceitos que permearam o estudo de realidades distintas daquelas às quais inicialmente se destinaram. Podem ser encontrados, em vários dos artigos compilados, argumentos e evidências de que Hannah Arendt se enquadra em todos esses aspectos, com um potencial de exposição e esclarecimento de problemas ainda não devidamente explorado. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt* é, assim, mais um passo na consolidação do reconhecimento e crítica da obra desta pensadora alemã.

Referências

- ARENDR, H. 2004. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo, Companhia das Letras, 375 p.
- BOBBIO, N. 2000. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro, Campus, 717 p.